

CAPÍTULO V

A Reestruturação da Economia Internacional

A Assembléia Geral da ONU foi palco de uma discussão econômica em que, de um lado, o chanceler francês, o chanceler alemão e o delegado britânico manifestavam suas apreensões sobre os rumos do comércio internacional, com a extraordinária elevação dos preços das matérias-primas, enquanto os representantes da China e da Argélia incentivavam os demais países produtores a elevar ainda mais seus preços.

Os representantes dos países industrializados propunham medidas, como o controle da ONU sobre os preços, o estímulo à industrialização dos subdesenvolvidos, a assistência técnica. E advertiam que uma recessão mundial teria graves consequências sobre os países subdesenvolvidos, especialmente sobre aqueles que não produzem petróleo e outras matérias-primas escassas. Estas advertências, conselhos e sugestões, entretanto, parecem não ter comovido os representantes dos países produtores.

Na verdade, este tipo de discussão é apenas um reflexo da nova estruturação da economia internacional, cujos principais traços começam a se tornar claros. A divisão da economia mundial entre países desenvolvidos ou industrializados e países subdesenvolvidos ou exportadores de produtos primários deu-se no século passado, como fruto direto da revo-

lução industrial dos países centrais e da decorrente divisão internacional do trabalho.

O século XIX, que se estende até a grande crise do capitalismo, que tem início em 1930, é marcado pelo domínio das burguesias industriais metropolitanas, pela ideologia liberal que desenvolveu como instrumento de dominação e pelo imperialismo econômico e político, através do qual subjagam, direta ou indiretamente, as nações que se atrelam à divisão internacional do trabalho através do modelo de subdesenvolvimento primário exportador.

Com a grande crise do capitalismo, que tem como prenúncio a Primeira Guerra Mundial, que eclode na depressão dos anos trinta e que concluiu com a Segunda Guerra Mundial, o antigo sistema econômico internacional definido pelo imperialismo entra em crise. Como decorrência, surgem, de um lado, os países comunistas, a partir da revolução soviética, os quais rapidamente se definem como sistemas tecnoburocráticos. De outro lado, alguns países periféricos, entre os quais o Brasil, começam a ter êxito em um processo de desenvolvimento industrial caracterizado pela substituição de importações.

Esta industrialização de tipo capitalista é realizada concomitantemente com uma crescente intervenção do Estado na Economia.

Em quase todos os países subdesenvolvidos, o volume global de investimentos estatais começa a superar os investimentos privados, o planejamento econômico é implantado, um complexo sistema de controles administrativos sobre a economia é colocado em funcionamento. Os imensos aparelhos estatais e paraestatais que se vão formando propiciam o desenvolvimento de um grupo tecnoburocrático, civil e militar, cujo poder é crescente. Este grupo, em pouco tempo, começa a participar ativamente do poder, seja expulsando as velhas potências imperiais, como foi o caso da Argélia, seja marginalizando as antigas oligarquias, como sucede hoje no Peru, seja aliando-se ao capitalismo em expansão, como aconteceu no Brasil.

Estas elites tecnoburocráticas têm como ideologia fundamental o desenvolvimento. Não lhes foi difícil, portanto,

perceber que o problema central do subdesenvolvimento estava na dependência estabelecida através do comércio internacional. Passaram, então, no plano interno de seus respectivos países ou em associação com outros países subdesenvolvidos, a organizar e aumentar seu grau de controle sobre a área do comércio internacional. Com esse objetivo, colocaram a taxa de câmbio sob controle, estabeleceram sistemas tarifários e de subsídios, passaram a controlar quantitativamente as exportações de seus produtos primários, criaram organizações de produtores e consumidores para estabilização de preços, ou simplesmente organizações de produtores.

Ao mesmo tempo, nos países centrais, a partir do após guerra, ocorriam dois fenômenos fundamentais: suas economias presenciavam o crescente poder das empresas multinacionais, as quais passavam a investir diretamente na indústria dos países subdesenvolvidos; e eram alcançadas taxas sem precedentes de desenvolvimento econômico nos países centrais, muito superiores às do século passado e início deste século. Este crescimento implicava imediatamente em um forte aumento na demanda de produtos primários, o qual se agravou pela passagem dos Estados Unidos de uma posição de relativa auto-suficiência para a de importador líquido desses produtos.

Este aumento da demanda aliado à passagem dos Estados Unidos de exportador para importador de petróleo foram provavelmente os dois fatores básicos que levaram a comunidade das nações, praticamente nestes dois últimos anos, a tomar consciência clara de um fenômeno que alguns cientistas sociais nacionalistas dos países subdesenvolvidos vinham anunciando há muito tempo: os recursos naturais são todos limitados e parte deles não é reprodutível.

Enquanto todos esses fenômenos ocorriam no após guerra, o comércio internacional, que se havia recuperado da crise, continuava a reger-se, no que diz respeito aos produtos primários, pelas mesmas leis do século passado: os preços continuavam altamente instáveis; tendiam a deteriorar-se ou pelo menos a não melhorar, como deixava prever a lei das vantagens comparativas do comércio internacional; os preços continuavam a ser definidos unilateralmente, a partir das metrópoles.

Tudo indica, porém, que a partir do ano passado esta situação está em franco processo de mudança. Todas as condições para isto estavam previamente estabelecidas. As condições institucionais nos países subdesenvolvidos haviam mudado radicalmente com o surgimento, no lugar dos velhos caudilhos e oligarquias, de tecnoburocracias autoritárias controlando o aparelho estatal e organizando o comércio externo. Nos países desenvolvidos aumentava violentamente a demanda de produtos primários e tomava-se, enfim, consciência de que os mesmos eram limitados e em parte não reprodutíveis. O conflito árabe-israelense serviu apenas de estopim para um processo que estava prestes a deslanchar. Os preços do petróleo e da maioria das demais matérias-primas começaram a crescer violentamente.

Não acreditamos que este seja um fenômeno conjuntural. Representa, pelo contrário, o início de uma reestruturação da economia internacional, através da qual os preços dos recursos naturais tenderão a ser definidos cada vez mais politicamente, por mais de um processo de barganha entre produtores (ou seja, os Estados Nacionais dos países subdesenvolvidos liderados por tecnoburocracias modernizantes, eficientes e autoritárias) e os países consumidores (ou seja, os países industrializados metropolitanos). Em outras palavras, pode-se considerar à vista um novo equilíbrio de forças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, a partir da relativa escassez dos produtos primários e da crescente capacidade de organização dos Estados Nacionais dos países subdesenvolvidos.

Dentro desse quadro, um fator perturbador serão as empresas multinacionais instaladas nos países subdesenvolvidos. Na medida em que são ao mesmo tempo produtoras e consumidoras, tenderão a intervir no processo, pretendendo provavelmente desempenhar um papel de "mediadoras". Dependerá do vigor das tecnoburocracias locais a aceitação ou não de uma mediação e inclusive a associação ou não com as mediadoras. O imperialismo tem recursos infinitos. Os tecnoburocratas dos países subdesenvolvidos não estão ainda plenamente definidos. Seu autoritarismo, seu eficientismo ou desenvolvimentismo, sua preocupação com a segurança, sua tendência a aliar-se aos capitalismo locais, quando estes

existem, são fenômenos conhecidos e provados — sua resistência às formas disfarçadas e abertas de dominação externa estão agora à prova, quando se abre uma imensa oportunidade para uma reestruturação da economia internacional mais favorável aos países periféricos.

(Última Hora, 29 de abril de 1974.)